



<http://www.catalao.go.gov>  
[secomcatalao@gmail.com](mailto:secomcatalao@gmail.com)

TACIANE.PAULA\*

**PROTOCOLO:** 2018041000      **Autuação** 03/12/2018      **Hora:** 13:18  
**Interessado:** PEDREIRA HVB LTDA  
**C.G.C.:** 09.642.280/0001-06      **Data**  
**N.**      **PROT.** -  
**Valor:** R\$ -  
**Assunto:** LICITAÇÃO  
**SubAssunto:** OUTROS  
**Comentário:** SOLICITA RECURSO ADMINISTRATIVO INOMINADO.  
  
**SubAssunto:** PROTOCOLO

PROTOCOLO	2018041000	Autuaça	03/12/2018	Hora	13:18
Interessado:	PEDREIRA HVB LTDA				
C.G.C.:	09.642.280/0001-06	Fone:	(62)3542-2323		
Endereço:	ROD. GO - 020 / KM 18- ZONA RURAL	Bairr	ZONA RURAL		
N.	Data	PROT.	-		
Valor:	R\$ -				
Assunto:	LICITAÇÃO				
SubAssunto:	OUTROS				
Comentário:	SOLICITA RECURSO ADMINISTRATIVO INOMINADO.				
SubAssunto:	PROTOCOLO				



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO – GO:

**Processo n. 2018030449**

**Concorrência Pública n. 005/2018**

**PEDREIRA HVB LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rodovia GO – 020, km 18 – 400 mt. à direita, Zona Rural – Bela Vista de Goiás – GO, inscrita no CNPJ sob o n. 09.642.280/0001-06, por ser representante legal, vem, respeitosamente, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO INOMINADO** interposto, apresentar suas **CONTRARRAZÕES**, fazendo-o conforme se dispõe a seguir:

#### **1. Síntese das Razões do Recorrente**

Em apertada síntese, alega o Recorrente que a empresa **CONTRARRAZOANTE** juntou aos autos do processo licitatório documento que não condizente com a realidade, praticando **FRAUDE** em licitação, limitando-se a juntar aos autos documentos que são de público acesso e, ao final, pede que seja a

*Frederico Peres Advogados Associados*

Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090  
e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216



mesma INABILITADA, bem como, em razão da suposta fraude, seja IMPEDIDA de licitar nos termos da lei 8666/93, noticiando, inclusive o Parquet.

Eis a apertada síntese, vez que, a prolixa petição não nos cabe indicar mais que os pedidos.

## **2. Do Processo Licitatório**

Houve, no dia 20.11.2018 às 9h00min, sessão de abertura do processo licitatório do tipo Concorrência Pública, cujo Edital é o de n. 005/2018.

Neste ato, foram apresentadas, conforme determinação legal, os documentos necessárias à HABILITAÇÃO das empresas que ali se encontravam, sendo que, a RECORRENTE e a CONTRARRAZOANTE foram as duas únicas que foram habilitadas.

Dentre as empresas inabilitadas, a TECCON S/A CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO, quando do pedido de recurso, pediu que constasse:

*“em ata de que o item **Limpeza Urbana (Pavimentação Urbana)** está diretamente ligada com a aplicação de CBUQ, não sendo possível o mesmo sem antes realizar a limpeza.”*

Verificamos, portanto que apenas os inabilitados é que pediram prazo recursal nos termos do art. 109 da lei 8.666/93 em consonância com o item 14 e seus subitens do retromencionado Edital, deixando a empresa RECORRENTE de, em qualquer momento, requerer o referido direito.

Mesmo não pedindo prazo recursal, qual não foi a surpresa de todos, a empresa HABILITADA, que não REQUEREU PRAZO PARA RECURSO, adentrar com a medida com a finalidade de FICAR SOLITÁRIA PERANTE A LICITAÇÃO.

## **3. Das Normas Aplicáveis e seus entendimentos**

### **3.1. Da Falta de Interesse Recursal**

**Frederico Peres Advogados Associados**

Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090

e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216



Os recursos administrativos, em processo licitatório, possuem fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

O inciso XXXIV, da Carta Maior, garante a todos, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Nos ensinamentos da douta Professora Maria Sylvia Zanella di Pietro:

***“dentro do direito de petição estão agasalhadas inúmeras modalidades de recursos administrativos, disciplinadas por legislação esparsa, que estabelece normas concernentes a prazo, procedimento, competência e outros requisitos a serem observados pelos peticionários”. (cf. in Direito Administrativo, 19ª ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2006, p. 698).***

Todos os recursos devem preencher, sob pena de nem sequer serem conhecidos pela Administração, uma vez que vigora para a Administração Pública o poder-dever de revisar e sanar os atos viciados.

Dentre estes pressupostos, dentre aqueles que consideramos SUBJETIVOS, temos o Interesse recursal, ou seja, deriva da lesividade da decisão aos interesses do particular, neste caso do RECORRENTE.

Para Marcelo Palavéri consubstancia-se:

**“na prova de que a decisão da qual se recorre é lesiva ao seu interesse, pois lhe fere direitos, ou prejudica sua posição perante o certame. Nesse sentido, admite-se o recurso daquele contra quem tiver sido proferido determinado ato, como, por exemplo, de inabilitação, havendo interesse processual em discutir a matéria por pretender se ver habilitado para que possa prosseguir na disputa.**

**Frederico Peres Advogados Associados**

Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090  
e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216



*Também se admite o recurso do licitante contra atos praticados em favor de outro concorrente, como, por exemplo, contra a habilitação de determinado licitante, posto que no contexto da disputa seja de seu interesse o alijamento dos seus contendores". (cf. in Licitações Públicas. Comentários e notas às súmulas e à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 1ª ed., Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2009, p. 869).*

Assim, conforme verificamos da análise do processo licitatório, o Requerente, HABILITADO e com a documentação correta, assim como o CONTRARRAZOANTE que, também teve sua documentação chancelada pelo Sr. Pregoeiro, ou seja, o ato deste está eivado de LEGITIMIDADE.

Sendo assim, não há, por parte do RECORRENTE qualquer interesse recursal, pois, foi levado ao próximo passo do processo licitatório e, o presente recurso somente serve, a nosso ver, por receio de que o valor dado à sua proposta seja bem superior ao nosso e, assim, tenta, de forma sorrateira e desleal levar a cabo inverdades que, no futuro, poderão ser lesivas ao erário.

**Portanto, o presente RECURSO deve ser considerado inócuo e, assim, NEGADO de PRONTO, por não haver INTERESSE RECURSAL.**

### **3.2. Do Efeito Suspensivo**

Noutro ponto, o RECORRENTE, pretende seja dado ao mesmo, EFEITO SUSPENSIVO, entretanto o inc. XVIII do art. 11 do Dec. nº 3.555/2000 dispõe que o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

Ocorre que, se o pregoeiro adjudicar o objeto ao proponente classificado em primeiro lugar, a Administração não poderá contratá-lo enquanto o certame não for homologado pela autoridade competente, e esta somente poderá homologar se julgar improcedente o recurso.

Lembremos que entre a adjudicação e a contratação, o procedimento estará paralisado à espera do julgamento do recurso e da homologação.

Assim, na prática, o recurso interposto terá efeito suspensivo.

Nesse escopo, cite-se o entendimento do ilustre jurista Jessé Torres Pereira Junior, in verbis:

**Frederico Peres Advogados Associados**

Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090

e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216



*“O Decreto nº 3.555/2000 veio declarar que o recurso contra ato do pregoeiro não terá efeito suspensivo (art. 11, XVIII). Inócua declaração. Se, de um lado, a interposição do recurso não impede a adjudicação pelo pregoeiro, impede, de outro lado, a homologação do procedimento pela autoridade, que, antes, terá de julgar o recurso. Mesmo que o pregoeiro adjudique o objeto ao proponente que classificou em primeiro lugar, a Administração não poderá contratá-lo enquanto não houver a homologação pela autoridade competente, e esta somente poderá homologar se julgar improcedente o recurso. Entre a adjudicação e a contratação, o procedimento estará paralisado à espera do julgamento do recurso e da homologação. Logo, o recurso tem, sim, eficácia suspensiva da contratação, a despeito do que afirma o decreto regulamentador.*

*Ainda intrigante é a dicção do mencionado art. 11, XVIII, do Regulamento porque, adiante, o inciso XX descreve que, ‘decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação’. Inference-se que enquanto a autoridade não decidir sobre os recursos e, após, não homologar o certame, não se passa à contratação. Logo, o recurso paralisa o procedimento, impedindo a prática dos atos subsequentes à adjudicação – homologação e contratação – enquanto não for julgado. A isto se chama a eficácia suspensiva do recurso. E ainda haverá a hipótese, ladeada pelo inciso XX, de, dado provimento ao recurso, ordenar-se a repetição ou a revisão dos atos recorridos, ou mesmo, se for o caso, a anulação do pregão desde o seu início. Gratuita, destarte, a negativa da suspensividade. O recurso é desta portador, necessariamente” (cf. in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 8ª ed., Renovar, Rio de Janeiro, 2009, p. 1071) (grifos nossos).*

### **3.4. Da suposta Fraude à Licitação**

O RECORRENTE com base em suposições e documentos que não condizem com o contexto real, diz que houve FRAUDE À LICITAÇÃO em razão do Atestado de Capacidade Técnico-Profissional não estar conforme a realidade.

Vejamos.

Em seu recurso, a RECORRENTE, junta do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial do Município de Nerópolis e, neste sentido,

**Frederico Peres Advogados Associados**

Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090

e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216



RECORRENTE coloca dúvida infundada no Atestado emitido por esta municipalidade, inclusive com chancela do CREA-GO, ou seja, há PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE, que não pode ser afastada.

A presunção de legitimidade dos atos administrativos, embora relativa, dispensa a Administração da prova da legitimidade de seus atos na atividade pública. Presumida a legitimidade, cabe ao particular provar o contrário, demonstrando **cabalmente** que a Administração Pública obrou fora ou além do permitido em lei, isto é, com ilegalidade flagrante ou dissimulada sob a forma de abuso ou desvio de poder.

Tal presunção é de fundamental importância para atender o interesse público – que é o norte da Administração Pública – uma vez que possibilita celeridade no cumprimento dos atos administrativos.

Assim, na atividade interpretativa há que ser sempre levado em consideração, que até prove em contrário, o ato administrativo é válido, devendo ser cumprido e respeitado pelos seus destinatários até a declaração de sua invalidade pelo Judiciário ou pela própria Administração.

Nas palavras de Cassagne (apud Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2000:183):

***A presunção de legitimidade constitui um princípio do ato administrativo que encontra seu fundamento na presunção de validade que acompanha todos os atos estatais, princípio em que se baseia, por sua vez, o dever do administrado de cumprir o ato administrativo. Se não existisse esse princípio, toda a atividade administrativa seria diretamente questionável, obstaculizando o cumprimento dos fins públicos, ao antepor um interesse individual de natureza privada ao interesse coletivo ou social, em definitivo, o interesse público.***

A conformidade com a lei e o Direito se compatibiliza com a ideia do entrelaçamento da Política e do Direito com a Moral, que é a base do conceito de legitimidade segundo Jürgen Habermas. São palavras dele:

***“(...) A legitimidade descansa então ‘na fé na legalidade das ordens estabelecidas e do poder de mando daqueles a quem essas ordens facultam o***

**Frederico Peres Advogados Associados**

Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090

e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216





*exercício do poder'. Mas se a legalidade não significa outra coisa senão concordância com uma ordem jurídica faticamente vigente, e se esta, como direito estatuído que é, não resulta acessível a uma justificação de tipo prático-moral, então não fica claro de onde extrai a fé na legalidade sua força legitimadora. A fé na legalidade só pode criar legitimidade se já se supõe a legitimidade da ordem jurídica que determina o que é legal. Não há maneira de romper esse círculo." Teoría de la Acción Comunicativa, Tomo I. Madrid: Taurus, 1999, p. 343.*

Sendo assim, a simples alusão à ilegalidade do ato da municipalidade de Nerópolis, bem como, do Conselho Regional de Engenharia – CREA-GO, não tem o condão comprobatório de qualquer sorte.

Portanto, não há que se falar em FALSIDADE do referido documento, pois goza de LEGITIMIDADE AMPLA, sendo documento legítimo, inclusive, a imputação de crime por parte da Administração Pública, bem como, quanto à empresa CONTRARRAZOANTE dá margem à esta para adentrar com o devido processo de retaliação, qual seja, aqueles inculpidos nos art. 138 e 139 do Código Penal, pois a pessoa jurídica, conforme jurisprudência e doutrina, pode ser objeto de crime de Calúnia e Difamação.

### **3.5. Dos serviços de Pavimentação e Limpeza Urbana e a necessidade de atestado técnico profissional**

A Lei 8.666/93 traz, especificamente em seu art. 30, inciso II, a tratativa da capacidade técnico-operacional dos licitantes, denotando, que a comprovação de sua capacidade, se dará mediante a apresentação de atestado de aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos.

O Tribunal de Contas da União, em seus inúmeros acórdãos, tem demonstrado com clareza que a aludida habilidade necessita ser provada **unicamente mediante a demonstração de serviços análogos, sendo impedido o ultimato de comprovação com quaisquer entraves não previstos em lei que inibam a participação na licitação, e assim está amplamente demonstrado no Acórdão TCU de nº. 2882/2008-Plenário.**

**Frederico Peres Advogados Associados**

Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090  
e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216





É cediço falar que a Administração pode atestar, gradativamente, durante uma obra, que as contratadas tenham capacidade na execução do objeto contratado, ou parte dele.

Segundo TORRES (TORRES PEREIRA JUNIOR, Jessé. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 1994. p.30), quando falamos da emissão de atestado de capacitação técnico-profissional, estamos falando na certificação do profissional. E quando da exigência de tal em edital, a empresa deve provar que possui em seu quadro permanente de pessoal, na data da licitação, profissional de nível superior em cujo nome haja sido emitido atestado de responsabilidade técnica, **por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da licitação.**

Portanto, mesmo não havendo no Edital da cidade de Nerópolis, especificamente, o termo LIMPEZA (PAVIMENTAÇÃO URBANA), quando atesta tal situação, está mais que comprovada a referida capacidade.

Outrossim, conforme vemos dos documentos acostados nos autos, o referido serviço (LIMPEZA – PAVIMENTAÇÃO URBANA) NÃO É OBJETO DE SEPARAÇÃO QUANDO SE TRATA DO SERVIÇO ESPECÍFICO NESTE EDITAL.

Todos os editais e projetos aqui juntados, de outras municipalidades, comprovam que a LIMPEZA está inserida no serviço e, portanto, a municipalidade de Nerópolis pode sim ATESTAR o referido, não estando afeta a qualquer crime pois, condiz com a realidade do serviço prestado.

O que é interessante notar é que, somente o Município de Catalão, separa os referidos serviços, o que pode ser feito, entretanto, deve aceitar os atestados técnicos que lhe forem apresentados, mesmo quando não específicos em razão do que foi dito acima, pois, existe neste caso **CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES AO OBJETO DA LICITAÇÃO.**

Temos então que, **MESMO QUE O ATESTADO FOSSE EM SENTIDO APENAS DE CAPACIDADE RELATIVA À PAVIMENTAÇÃO URBANA**, o que não é o caso, a empresa, por seu técnico especializado, deveria participar do certame pois, afinal, até mesmo a comprovação do registro junto ao órgão de fiscalização no local onde o serviço será executado só deverá ser exigida após a assinatura do contrato, consoante se depreende da leitura da seguinte decisão do TCU (BRASIL, TCU, 2005a):

**Frederico Peres Advogados Associados**

Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090

e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216



"Conforme bem destacou o Sr. Analista de Controle Externo, este Tribunal tem entendido **que somente no momento da contratação da licitante vencedora é que a entidade poderá exigir a comprovação de inscrição junto ao órgão de fiscalização profissional do local onde o serviço será prestado.** (Grifo nosso)"

Finalmente, temos que, o próprio Conselho Regional de Engenharia, se posiciona de forma a corroborar com o Atestado emitido pela municipalidade de Nerópolis.

Verificamos no referido parecer técnico jurídico, que o d. Procurador Autárquico, entende que há, em razão do que determina o art. 30 da Lei 8666/93, em consonância com o Art. 37, inc. XXI – mote de criação referida legislação licitatória – predominância da "maior relevância e valor significativo do objeto", ou seja, "*in eo quod plus est semper inest et minus*".

Sendo assim, corrobora-se a idéia, posterior de que o documento havido da Prefeitura Municipal de Nerópolis é LEGÍTIMO e LEGAL, em consonância do que determina o art. 37 *caput* da CF de 1988:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

Outrossim, vemos então que o Recorrente tenta, de forma vil e de má-fé, ludibriar a Administração e, *a posteriori*, induzir a erro o Sr. Pregoeiro e, como consequência, a possibilidade de trazer prejuízos ao erário.

#### **4. Do pedido**

Posto isto, requer, inicialmente, em face do exposto acima, negar o pedido de EFEITO SUSPENSIVO do processo licitatório, sob pena de prejuízo ao erário, e ao final e ao cabo, seja o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto julgado insubsistente e, assim, negar-lhe provimento em face da FALTA DE INTERESSE RECURSAL, bem como, **da legitimidade e legalidade dos documentos**

*Frederico Peres Advogados Associados*

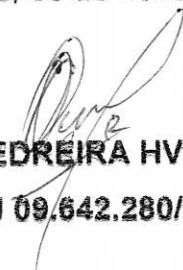
Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090  
e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216



apresentados pela empresa **PEDREIRA HVB**, dando-se continuidade ao processo licitatório, nos termos de seu Edital.

T. em que, p. deferimento.

Bela Vista de Goiás, 30 de novembro de 2018.

  
pp. **PEDREIRA HVB LTDA.**  
**CNPJ 09.642.280/0001-06**

**Frederico Peres Advogados Associados**

Rua Valdomiro Iaccino, n. 175 – St. Centro Oeste – Goiânia – GO – CEP: 74550-090  
e-mail: [fpaa@fpaa.net.br](mailto:fpaa@fpaa.net.br) – [www.fpaa.net.br](http://www.fpaa.net.br) – Tel.: 62 32923028 – Cel.: 62 999789376 / 62 984435216

## PROCURAÇÃO PARTICULAR

**Outorgante: PEDREIRA HVB LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.642.280/0001-06, com sede na Rodovia GO-020 km 18, Zona Rural, Bela Vista de Goiás/GO e as filiais, Filial 01 registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o número 5290094739-2 e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 09.642.280/0002-97, situada à Rodovia BR 153, KM 73, a esquerda 650 metros, Sala 02, Zona Rural, Porangatu – GO, CEP: 76.550-000; Filial 02 registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o número 5290094738-4 e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 09.642.280/0003-78, situada à Rodovia GO 446, Km 35, Entrada a Direita 750 metros, Sala 01, Zona Rural, Peixe – GO, CEP: 73.900-00; Filial 03: registra na Junta Comercial do Estado do Tocantins (JUCETINS) sob o número 17900166911 (CNPJ) sob nº 09.642.280/0004-59 situada na Alameda Ceara, Quadra 25, Lote 1, Distrito Industrial de Taquaralto, Palmas – TO, CEP: 77.060-840, neste ato representada pelos sócios dirigentes **HEBERT VALLIM BARBOSA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 59.200 DGPC/GO e CPF nº. 455.507.601-00, residente à Rua Araçu, Qd. E2 Lt. 10, Residencial Alphaville, Goiânia/GO e Sra. **MARIA JOSÉ DA SILVA BARBOSA**, brasileira, casada, médica, portadora da Carteira de Identidade RG nº 952.489/ 2ª Via SSP/GO e do CPF nº 412.905.501-15, residente à Alameda Sibipiruna, Casa 40-A, Lote 06, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia/GO.

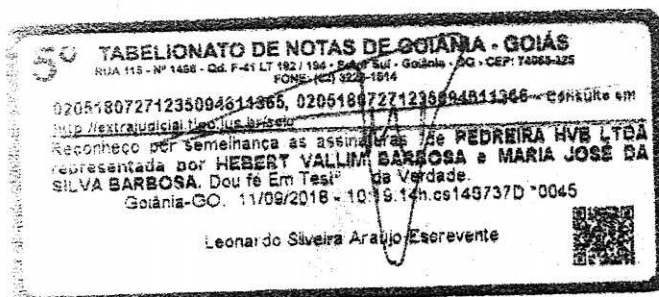
**Outorgados: ALCÂNTARA SEBASTIÃO NASCIMENTO SOARES JUNIOR**, brasileiro, solteiro, encarregado de licitação, portador do RG nº 45.443.348-7 SSP/SP, CPF nº 359.759.728-92, residente à Rua HM-2, Qd. 2 Lt. 26, Res. Hugo de Moraes, Goiânia/GO. **FREDERICO ALISSON PERES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/GO 32214, CPF n. 755.773.996-53, residente e domiciliado na Rua Valdomiro Iaccino, n. 175, Qd. 03, Lt. 15 – Setor Centro Oeste – Goiânia/GO. **JEFFERSON AUGUSTO BORGES**, brasileiro, casado, supervisor de vendas, portador do CPF nº 307.145.321-34 e do RG nº 1.249.302 SSP/GO, residente e domiciliado na Avenida Pref. João de Paula Teixeira, Quadra 14, Lote 9-A, Bairro Ilda, Aparecida de Goiânia/GO. **MARCELO DIAS DA COSTA**, brasileiro, casado, vendedor, portador do RG nº. 3.842.285 SSP/GO, CPF nº. 878.211.761-68, residente à Av. Perimetral Qd. 22 Lt. 16 Casa 1, Setor Padre Pelágio, Goiânia/GO.

**PODERES:** confere amplos e gerais poderes para o fim especial de representar a empresa outorgante em licitações de quaisquer modalidades, perante empresas de direito público, privado, sociedades de economia mista, autarquias e/ou órgãos públicos de qualquer natureza nas esferas Municipal, Estadual, Federal e Distrital, praticar os atos necessários e pertinentes ao certame em nome da Outorgante, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar ofertas e lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar propostas, compromissos, atas ou acordos, assinar contratos, atas, propostas e declarações, receber e dar quitação, representar a empresa junto aos órgãos públicos municipais, estaduais, federais e distritais, podendo solicitar certidões, declarações, e todos demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, sendo vedado o seu substabelecimento. **ESTE MANDADO SERÁ REVOGADO AUTOMATICAMENTE NO DIA 31/12/2018.**

Bela Vista de Goiás (GO), 04 de setembro de 2018.

**PEDREIRA HVB LTDA.**  
Hebert Vallim Barbosa

**PEDREIRA HVB LTDA.**  
Maria José da Silva Barbosa



 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 09.2.280/0001-06 <b>MUNICÍPIO</b> RIZ		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
		<b>DATA DE ABERTURA</b> 23/06/2008	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> REIRA HVB LTDA			
<b>Razão Social</b> REIRA BRI TEC			<b>PORTO</b> DEMAIS
<b>CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 08.10-0-99 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado			
<b>CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 23.99-1-99 - Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente 08.10-0-06 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado 08.10-0-07 - Extração de argila e beneficiamento associado 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias			
<b>CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
<b>LOGRADOURO</b> ROD GO-020, KM 18		<b>NÚMERO S/N</b>	<b>COMPLEMENTO</b> ANEXO 400 M A DIREITA ANEXO FAZ CORREGO FUNDO
<b>CEP</b> 75.240-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> ZONA RURAL	<b>MUNICÍPIO</b> BELA VISTA DE GOIAS	<b>UF</b> GO
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> CONTABILIDADE@GRUPOBRITEC.COM.BR		<b>TELEFONE</b> (62) 3416-1600	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 23/06/2008	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> **		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emissão no dia 28/11/2018 às 08:54:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.373-6  
Rua: ... Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 82 da Lei Federal 8.556/1994 e Art. 6º Inc. XII  
da Lei Estadual 8.721/2008 autenticou a presença imagem digitalizada, reprodução fiel  
do documento apresentado e conteúdo nele constante. O ratando e validade: 30 dias.

Cod. Autenticação: 77200208171552140468-1; Data: 02/08/2017 15:54:54

Seio Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AFM99005-C4S4;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,12

Confira os dados do ato em: <https://seio.digital.tipo.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

Nome: **ALCANTARA SERASTINO NASCIMENTO SOARES JUNIOR**

CPF: **389.759.724-82** DATA NASCIMENTO: **08/04/1998**

Endereço: **ALCANTARA SERASTINO NASCIMENTO SOARES ANDREIA CASTELO SILVA SOARES**

Local: **SOLENIA, GO** DATA CANCELAMENTO: **31/03/2014**

Detran GO (GOIÁS)



## 11ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

**PEDREIRA HVB LTDA**  
CNPJ: 09.642.280/0001-06  
NIRE 52202532561

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, **HEBERT VALLIM BARBOSA**, brasileiro, casado sob comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 18/07/1967, natural de Lorena (SP), residente e domiciliado na Rua Araújo, Qd. E2 Lt. 10, Residencial Alphaville, Goiânia - GO, CEP 74.884-542, portador da cédula de Identidade nº 1759200 DGPC/GO e do CPF nº 455.507.601-00; e

**MARIA JOSE DA SILVA BARBOSA**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, médica, nascida em 26/12/1960, natural de Patrocínio (MG), residente e domiciliada na Alameda Sibipirunas, Qd. 40-A Lt. 06, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia - GO, CEP 74.680-510, portadora da cédula de Identidade nº 952.489/2ª via SSP/GO e do CPF nº 412.905.501-15.

Têm ajustada a **DÉCIMA PRIMEIRA (11ª) ALTERAÇÃO CONTRATUAL** da sociedade empresarial **PEDREIRA HVB LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.642.280/0001-06, com sede na Rodovia GO 020, km 18 a Direita 400 metros, Fazenda Corrego Fundo, Zona Rural, Bela Vista de Goiás - GO, CEP 75.240-000 com instrumento constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o nº 52202532561 em 23/06/2008 seguindo-a da respectiva **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**, que fazem, através das cláusulas e condições adiante expressas, constituírem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DA ABERTURA DE FILIAIS

A sociedade resolve abrir uma filial, com início de atividades em 25/04/2018 e prazo de duração indeterminado. A filial funcionará no seguinte endereço:  
**Filial 03:** Alameda Ceara, Quadra 25, Lote 16, Distrito Industrial de Taquaralto, Palmas - TO, CEP: 77.060-840.

### CLÁUSULA SEGUNDA DAS ALTERAÇÕES

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do contrato social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás, que não foram retificadas por este instrumento, passando a consolidação a seguir.

### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESARIAL PEDREIRA HVB LTDA

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO SOCIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

A sociedade gira sob a denominação social de **PEDREIRA HVB LTDA** e o nome de fantasia **PEDREIRA BRITEC**. A sociedade têm sua sede na Rodovia GO 020, km 18 a Direita 400 metros, Fazenda Corrego Fundo, Zona Rural, Bela Vista de Goiás - GO, CEP 75.240-000; e

CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 09:19 SOB  
Nº 20180433849.  
PROTOCOLO: 180433849 DE 03/05/2018. CÓDIGO  
DE VERIFICAÇÃO: 11801696505. NIRE:  
52202532561.  
**PEDREIRA HVB LTDA**

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETARIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/05/2018

[www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br)

possui duas filiais sendo: **Filial 01** registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o número 5290094738-4 e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 09.642.280/0003-78, situada à Rodovia GO 446, Km 35, Entrada a Direita 750 metros, Sala 01, Zona Rural, Posse – GO, CEP: 73.900-00; **Filial 02** registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o número 5290094739-2 e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 09.642.280/0002-97, situada à Rodovia BR 153, KM 73, a esquerda 650 metros, Sala 02, Zona Rural, Porangatu – GO, CEP: 76.550-000; **Filial 03:** Alameda Ceara, Quadra 25, Lote 16, Distrito Industrial de Taquaralto, Palmas – TO, CEP: 77.060-840, podendo abrir outras filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### OBJETO

O objetivo da sociedade é a extração de pedra, areia e argila, e o comércio de pedra, areia, argila e massa asfáltica, bem como todas as atividades correlatas, prestação de serviço de usina de asfalto e a prestação de serviços de locação de máquinas e equipamentos em geral, construção de rodovias e ferrovias, pavimentação de auto-estradas, rodovias e pontes, viadutos e túneis, inclusive em pistas de aeroportos, a construção de praças de pedágio, construção de vias urbanas, ruas e locais para estacionamento de veículos, construção de praças e calçadas para pedestres, trabalhos de superfície e pavimentação em vias urbanas, ruas, praças e calçadas.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil reais), divididos em 3.500.000 (três Milhões e quinhentas mil) quotas no valor nominal R\$ 1,00 (Um Real), totalmente integralizadas em moeda corrente do País e subscrito da seguinte forma neste ato:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	(%)	QUOTAS	VAL TOTAL
HEBERT VALLIM BARBOSA	1.750.000	50%	R\$ 1,00	R\$ 1.750.000,00
MARIA JOSE DA SILVA BARBOSA	1.750.000	50%	R\$ 1,00	R\$ 1.750.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.500.000</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 3.500.000,00</b>

**Paragrafo único** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 do vigente Código Civil.

## CLÁUSULA QUARTA

### ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade é exercida em conjunto pelos sócios **HEBERT VALLIM BARBOSA** e **MARIA JOSE DA SILVA BARBOSA** que assinará pela firma sendo vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas aos interesses da firma.

## CLÁUSULA QUINTA

### DISPENSA GARANTIA

Fica os sócios administradores dispensado de prestar caução em garantia de seus atos de administração.

CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 09:19 SOB  
Nº 20180433849.  
PROTOCOLO: 180433849 DE 03/05/2018. CÓDIGO  
DE VERIFICAÇÃO: 11801696505. NIRE:  
52202532561.  
PEDREIRA HVE LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/05/2018

[www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br)

## CLÁUSULA SEXTA

### PRÓ-LABORE

Peio exercício das atividades, terá, os sócios administradores, o direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios.

**Parágrafo único** - Para efeito de contabilização, o valor relativo às retiradas será levado a conta de despesas gerais da sociedade.

## CLÁUSULA SÉTIMA

### INÍCIO DE ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 23/06/2008 e terá duração por prazo indeterminado a partir desta data, extinguindo-se, todavia, por decisão dos sócios que representam a maioria do capital social, a qualquer tempo ou na ocorrência dos fatos expressamente mencionados em lei.

## CLÁUSULA OITAVA

### EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente, a 31 de dezembro, será elaborado um Balanço Geral e uma Demonstração de Resultados do Exercício. Os lucros ou prejuízos apurados serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital, exceto se, havendo lucro, deliberarem os sócios levá-lo ao Patrimônio Líquido da sociedade para posterior utilização.

## CLÁUSULA NONA

### FILIAIS E ESCRITÓRIOS

A sociedade possui duas filiais, sendo:

**Filial 01:** Rodovia GO 446, Km 35, Entrada a Direita 750 metros, Sala 01, Zona Rural, Posse - GO, CEP: 73.900-000, com início de atividades em 18/08/2017; e

**Filial 02:** Rodovia BR 153, KM 73, a esquerda 650 metros, Sala 02, Zona Rural, Porangatu - GO, CEP: 76.550-000, com início de atividades em 18/08/2017.

**Filial 03:** Alameda Ceara, Quadra 25, Lote 16, Distrito Industrial de Taquaralto, Palmas - TO, CEP: 77.060-840, com início de atividades em 25/04/2018.

A sociedade pode abrir outras filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes o capital nominal que julgar útil ou necessário ao fim colimado, parcela esta que destacará de seu próprio capital, para efeitos fiscais.

## CLÁUSULA DÉCIMA

### EXTINÇÃO DE FILIAIS

As filiais serão extintas nas seguintes hipóteses:

- a) ocorrendo a extinção do estabelecimento-sede; ou
- b) por decisão dos sócios que representem a maioria do capital social.

CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 09:19 SOB  
Nº 20180433849.  
PROTOCOLO: 180433849 DE 03/05/2018. CÓDIGO  
DE VERIFICAÇÃO: 11801696505. NIRE:  
52202532561.  
PEDREIRA HVB LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/05/2018

[www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br)

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

As quotas do capital social não poderão ser alienadas a terceiros, estranhos à sociedade, sem que seja dado direito de preferência ao sócio que nela permanecer, sendo assegurado tal preferência em igualdade de condições, preço a preço.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**  
**SUCESSÃO**

No caso de morte de um dos sócios e se os herdeiros desejarem continuar com a sociedade, ela não será dissolvida, continuando com os sócios sobreviventes e os herdeiros do *de cujus*. Caso não haja acordo entre os sócios sobreviventes e os herdeiros do sócio falecido para a continuidade da sociedade com estes, os haveres do sócio extinto serão apurados com base nos valores do último balanço aprovado e atualizado, e serão pagos no prazo máximo de 12 (doze) meses, em parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o evento da morte e as demais no mesmo dia dos meses subseqüentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**  
**IMPEDIMENTO OU INCAPACIDADE**

Na vigência deste instrumento, ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios, será este excluído da sociedade mediante alteração contratual e seus direitos e haveres serão pagos na forma descrita na cláusula décima segunda deste contrato, caso seus herdeiros não queiram prosseguir na sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**  
**OUTRAS ALTERAÇÕES**

As alterações contratuais que versem sobre a administração, denominação, objeto e sede poderão ser processadas pela maioria representativa do capital social.

**Parágrafo único** - As alterações que versem sobre todos os demais assuntos, inclusive abertura de filiais e participação da firma em outras sociedades, sejam cooperativas, comerciais, prestadoras de serviços ou em conta de participação, na qualidade de sócio ostensivo, também poderão ser deliberadas por decisão dos sócios que representem a maioria do capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**  
**FORO**

Fica eleito para dirimir as dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste instrumento o foro da cidade de Goiânia-GO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**  
**CASOS OMISSOS**

Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos de conformidade com as disposições legais aplicáveis.

CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 09:19 SOB  
Nº 20180433849.  
PROTOCOLO: 180433849 DE 03/05/2018. CÓDIGO  
DE VERIFICAÇÃO: 11801696505. NIRE:  
52202532561.  
PEDREIRA HVS LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/05/2018


[www.portaldosempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldosempreendedorgoiano.go.gov.br)

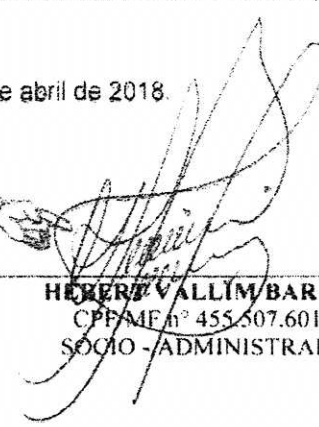
**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA**  
**DECLARAÇÕES DOS SÓCIOS**

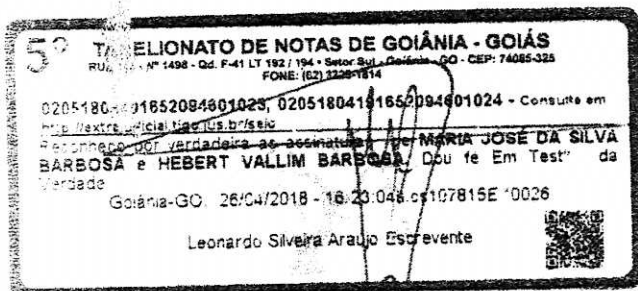
Os sócios administradores declaram expressamente que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a administração da sociedade de acordo com o art. 1011 do Código Civil.

E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 1 (uma) via, emitida por processamento de dados de um só lado, de mesma forma e teor, para que produzam um só efeito, sendo a via devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG).

Bela Vista de Goiás - GO, 25 de abril de 2018.

  
**MARIA JOSÉ DA SILVA BARBOSA**  
CPF/MF nº 412.905.501-15  
SÓCIA - ADMINISTRADORA

  
**HEBERT VALLIM BARBOSA**  
CPF/MF nº 455.507.601-00  
SÓCIO - ADMINISTRADOR



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 09:19 SOB  
Nº 20180433849.  
PROTOCOLO: 180433849 DE 03/05/2018. CÓDIGO  
DE VERIFICAÇÃO: 11801696505. NIRE:  
52202532561.  
PEDREIRA HVB LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/05/2018  
[www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br)

## AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO DIGITAL

A Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 certifica que em 03/05/2018, foi realizado para a empresa PEDREIRA HVB LTDA, o registro de eventos para sua(s) filiais(s), conforme segue:

Protocolo	Arquivamento	Ato/Evento	Nire	CNPJ	Endereco
180433849	20180433849	002 / 026			Alameda ceará, sn



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2018 09:19  
SOB Nº 20180433849.  
PROTOCOLO: 180433849 DE 03/05/2018.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11801696505. NIRE:  
52202532561.  
PEDREIRA HVB LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi  
SECRETÁRIA-GERAL  
GOIÂNIA, 07/05/2018  
[www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação





**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1ª OFICINA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
Rua 145 - Centro - CEP: 01010-000 - São Paulo - SP  
**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. 1º, 2º, 3º, e 4º da Lei Federal 5.076/1966 e Art. 6º Inc. XII do Lei Estadual 12.120/08 publicadas e subsequentes alterações, resumo da situação e do documento autenticado com código para uso. Referência e validade: DocPro nº  
**Cód. Autenticação: 77800702161132040195-3 Data: 07/02/2018 11:42:33**  
**Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGLB1514-12/2.**  
Valor Total do Ato: R\$ 4,23  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>  
Sel. Validação Literária Cautelar  
Tribunal

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888**

**PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE  
JOÃO PESSOA**

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



### DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válder Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* que na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>3</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registro do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**). Dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **PEDREIRA HVB LTDA** tinha por um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **PEDREIRA HVB LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/02/2018 16:16:00 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PEDREIRA HVB LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

**Código de Consulta desta Declaração: 909049**

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **07/02/2018 11:42:04 (hora local)**.

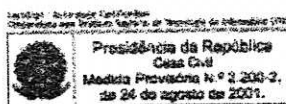
<sup>1</sup>Código de Autenticação Digital: 77200702181132040193-1

<sup>2</sup>Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.936/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

#### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b022729315aad3315fd5e16ecc46cd234c341be9d122545fccf080f192030b03285c4ef2f7a943600c97b5903247  
567b7a091bde96217ba398b850bd7c2d84ccd





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE  
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



**DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

O Esl. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **PEDREIRA HVB LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **PEDREIRA HVB LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/08/2018 10:01:55 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PEDREIRA HVB LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 790185

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **10/08/2019 09:56:06 (hora local)**.

<sup>1</sup>Código de Autenticação Digital: 77200208171552140172-1

<sup>2</sup>Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2016, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

**CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6be05b1fdd19bf80dc75093d5d551648e64da4698d652013694d48f3c90526e2afd69185c4ef2f7a943600c97b590.247567b731fe8c5fe93cccf6625283f2f02a6c3

